



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de  
Mesquita Filho  
Brasil

JULIÃO, Letícia

Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais

História (São Paulo), vol. 30, núm. 1, enero-junio, 2011, pp. 114-147

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221019134004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História (São Paulo)

## **Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais<sup>1</sup>**

### **Urban sensibilities and representations in the transfer of the Capital of Minas Gerais**

---

Letícia JULIÃO\*

**Resumo:** O artigo analisa as representações urbanas geradas a partir da ruptura experimentada por contemporâneos da mudança da capital de Minas Gerais, na última década do século XIX. A construção de uma cidade moderna, Belo Horizonte, para sediar a Capital de Minas Gerais, logrou inscrever no espaço as marcas do poder republicano que ascendia no Brasil, em substituição à antiga Ouro Preto, sede de governo e símbolo incontestável do domínio colonial e da administração da Monarquia recém destituída. As imagens urbanas evidenciadas no discurso político, em crônicas, notícias de jornais, pequenos gestos de recordação ou mesmo escritas literárias são expressivas de uma nova sensibilidade urbana que emerge no processo de transferência da Capital. Eram sentimentos e percepções que oscilavam entre temores, saudosismos e encantamentos provocados pelo movimento simultâneo de abandono e invenção de uma cidade-capital. Muitas dessas imagens se incorporaram ao imaginário urbano e ainda hoje contribuem para as formulações identitárias de ambas as cidades – Ouro Preto e Belo Horizonte.

**Palavras-chaves:** história urbana. cidade-capital. imagem urbana. imaginário urbano. patrimônio cultural.

**Abstract:** This study analyzes the urban representations generated as a consequence of the rupture experienced at the time of the transfer of the capital of Minas Gerais, in the last decade of the 19th century. The construction of a modern city, Belo Horizonte, as the new Capital of Minas Gerais, managed to encapsulate the newly-installed brand of Republican power in Brazil, replacing the old Ouro Preto, seat of Government and indisputable symbol of colonial domain and the administration

---

\* Doutora em História. Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação/UFMG. Avenida Antonio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG- CEP 31270-901 - Fone: +55 (31) 3409 6122.Brasil. [juliao@eci.ufmg.br](mailto:juliao@eci.ufmg.br) / [juliao.leticia@gmail.com](mailto:juliao.leticia@gmail.com)

of the recently-deposed monarchy. The contemporaneous urban images evident in political discourse, in chronicles, newspapers, sundry records and even literary writings are expressive of a new urban sensibility emerging from the process of the Capital's transference. Apparent are feelings and perceptions that oscillate between nostalgia, enchantment and fear caused by the simultaneous actions of the abandonment of one capital city and the invention of another. Many of these images have been incorporated into the urban imagination and still contribute today to the formulations of the identity of both cities - Ouro Preto and Belo Horizonte.

**Keywords:** Urban history. Capital-city. Urban image. Urban imaginary. Cultural heritage.

... é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.

Ítalo Calvino

A história dos deslocamentos de cidades capitais parece emblemática de movimentos que buscam dar forma a projetos emergentes, cancelando a força de antigos significados manifestos nas cidades preteridas. A construção de Belo Horizonte para sediar a Capital de Minas Gerais, em fins do século XIX, não foi uma exceção à regra. Gesto contundente logrou inscrever no espaço as marcas do poder republicano que ascendia no Brasil, erguendo uma cidade moderna – Belo Horizonte – em substituição à antiga Ouro Preto, sede de governo e símbolo incontestável do domínio colonial e da administração da Monarquia recém destituída.

Este trabalho busca justamente seguir os rastros deixados por esse desejo de cidade que desponta no limiar da República: imagens e imaginários sintomáticos de uma nova sensibilidade urbana que emerge no processo de transferência da Capital mineira, evidenciados no discurso político, em crônicas, notícias de jornais, pequenos gestos de recordação ou mesmo escritas literárias. Eram sentimentos e percepções, oscilantes entre temores, saudosismos e encantamentos provocados pelo movimento simultâneo de abandono e invenção de uma cidade-capital, muitos dos quais persistem ainda hoje reatualizados em formulações identitárias de ambas as cidades – Ouro Preto e Belo Horizonte.

O percurso dessa história inicia-se em 1891, quando o Congresso Constituinte Mineiro responsável pela formulação da primeira constituição republicana do Estado de Minas Gerais, decidiu pela mudança da sede do governo. A questão, lançada em mensagem ao Congresso pelo então Presidente do Estado, Augusto de Lima, animou os debates entre os parlamentares naquele ano de 1891, dividindo a opinião pública. Categórico, o Presidente afirmava que nenhum problema preocupava mais o espírito público que a necessidade “[...] de uma nova Capital que seja o centro de atividade intelectual, industrial e financeiro, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais, seu desenvolvimento e prosperidade [...]”<sup>2</sup>(LIMA, 1891, p.22). Ainda que pareça desmedida a importância que Augusto de Lima dá ao “problema da Capital”, essa foi uma questão para a qual convergiram as disputas que se seguiram no pós 1889, tornando-se uma espécie de metáfora dos embates político-ideológicos a respeito do destino do projeto republicano em Minas.

A ideia da transferência da Capital, vale lembrar, era antiga em Minas. Sabe-se que participantes da Conjuração Mineira pretendiam, ao instalar a República, transferir sua Capital para São João del-Rei<sup>3</sup>. Também durante o Império, por diversas vezes, a questão veio à tona, sob a alegação de que Ouro Preto não oferecia condições físicas para exercer o papel de sede do poder e administração da Província<sup>4</sup>.

Mas foi com o advento da República que a ideia ganhou vigor, transformando-se em uma verdadeira campanha, incitada, em parte, pelo Decreto de 1889 do Governo Provisório que previa a mudança das capitais de acordo com a conveniência dos Estados<sup>5</sup>. Mais que disposições legais, no entanto, o desejo de mudança da capital nutria-se, nesse momento, da percepção de que se vivia o marco zero de um novo tempo, no qual eram depositadas as expectativas de desenvolvimento e modernização do país.

Desde 1870, uma geração de literatos, profissionais liberais, políticos e republicanos de todos os estratos partilhavam a expectativa de superação da herança colonial, animados por utopias sustentadas pela noção de progresso. Consolidou-se, por conseguinte, entre a elite nacional, uma “cultura de reforma”, comprometida com a ideia de que a ciência e a técnica seriam fiadoras de um novo modelo de sociedade. Em particular, a cidade se tornou o foco das atenções reformistas; em seu espaço reorganizado projetava-se a emergência de uma nova ordem, enraizada em um padrão civilizatório moderno<sup>6</sup>.

Naturalmente, o sentimento, ainda que indefinido, de que se ingressava em uma era de modernização, não expressava um mero desejo infundado das elites. Nem as idealizações urbanas eram fruto de uma fantasia aleatória. De fato, o Brasil, nas últimas décadas do século XIX, como tantas outras regiões do planeta, passara a receber os ecos do processo de expansão do capitalismo que, a partir de meados do século XIX, alcançara todo o globo terrestre, integrando diferentes

regiões à sua dinâmica. Áreas remotas foram conquistadas e, à medida que o capitalismo se estendia no espaço geográfico, surgia um mercado internacionalizado, no qual trabalhadores, mercadorias e capitais circulavam numa mobilidade inédita, concomitante à supressão de antigas relações tradicionais, num processo ímpar de europeização dos povos.

A crença da elite republicana no progresso não era senão ressonância desse processo de escala mundial. As mudanças que ocorrem no País, a partir de 1870 – surgimento de estabelecimentos fabris, crescimento das cidades, aperfeiçoamento dos transportes, intensificação do comércio, fim da escravidão e organização do mercado de trabalho livre –, só vinham reforçar tais convicções. A implantação da República no Brasil, embora se saiba dos seus limites frustrantes, funcionou, pelo menos nos primeiros anos de sua existência, como uma espécie de aceno, no plano político, para esse processo de transformação que prometia romper com os laços de uma sociedade que permanecera, até então, encastelada em moldes arcaicos e conservadores.

A possibilidade de se fundar uma cidade para abrigar a sede do poder estadual delineava-se, por conseguinte, nesse horizonte de expectativas – confiantes ou não – em relação à jovem república brasileira. O projeto instigou as mentes contemporâneas, produzindo uma constelação de imagens urbanas. Entusiastas projetavam na futura Capital um ambiente promotor de desenvolvimento material, social e cultural. Como um personagem promoteico, creditavam-lhe o poder de desfazer o descompasso de Minas em relação a padrões civilizacionais desejados, de modo a atrair o progresso e irradiá-lo por todo o Estado. Era essa a visão, por exemplo, do deputado Bernadino de Lima, para quem a futura capital deveria:

[...] emanar toda a vida para a periferia do Estado; certo de que a civilização não pode emanar senão da grande cidade, [...] de uma capital que tenha todos os elementos necessários para a vida oficial, assim como para a vida dos seus habitantes [...] <sup>7</sup> (LIMA, 1891, p. 157).

Os opositores viam na empreitada a ameaça de ruína não apenas da histórica Ouro Preto, mas também dos valores e do modo de vida correlatos àquele ambiente urbano pré-industrial, pacato e seguro. Desconfortáveis face à iminência da transferência da Capital, muitos se insurgiam, indignados com a força demolidora do progresso. Severiano de Rezende, poeta e deputado constituinte, insinuava, por exemplo, as veleidades ou inconsistências do regime republicano que, para consolidar-se e se autoconsagrar, necessitava romper com os elos do passado. Perguntava: “Fará perigar a república a permanência da capital em Ouro Preto, sendo preciso quebrar todos os laços que aqui nos prendem, para assegurar seu triunfo nas terras de Minas?” <sup>8</sup> (RESENDE, 1891, p.149).

### **Cidade como metáfora do progresso**

A Constituição Mineira de 1891, embora tenha assegurado a transferência da Capital<sup>9</sup>, postergou a definição de sua localidade, determinando a realização de estudos técnicos, de modo a instruir o Congresso em sua decisão. Somente em 1893, em reunião extraordinária realizada em Barbacena, o Congresso determinou o local, com base em relatório de uma comissão técnica constituída para avaliar cinco localidades<sup>10</sup>. Não obstante o parecer da Comissão de Estudos tenha concluído pela Várzea do Marçal, próxima a São João del-Rei, o Congresso, por um arranjo político, designou Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei, como a segunda opção indicada pelo estudo.

Nesse intervalo de tempo, entre a decisão pela transferência da Capital, em 1891, e a escolha de sua localização, em 1893, a discussão iniciada no Congresso estendeu-se a um público ampliado, ganhou as páginas de jornais e dividiu opiniões. Imagens recorrentes em defesa da transferência da Capital associavam-na a um centro de desenvolvimento econômico, intelectual e político, enquanto os antimudancistas lamentavam o abandono de Ouro Preto e apontavam as mazelas da vida nas grandes cidades modernas, principalmente os riscos para a paz social e os valores morais.

Funcionando como uma espécie de leitmotiv do imaginário urbano, a ideia de progresso conduzia as projeções da futura capital de Minas, em suas diferentes e até mesmo conflitantes extrações. Para uns a nova Capital asseguraria o progresso, ao oferecer condições para se domesticar a natureza e transformá-la em fonte utilitária, como manifestou Afonso Pena:

[...] passando-se a capital para um outro lugar onde haja elementos naturais que falham na atual capital, sem dúvida alguma os elementos oficiais hão de produzir maiores resultados para o bem comum do Estado, impulsionando as indústrias, a viação férrea, a criação de estabelecimentos agrícolas, profissionais e outros que hão repercutir por todas as zonas do Estado.<sup>11</sup>(PENA, 1891, p.356).

Para outros, ela viria corroborar evidências de uma prosperidade já inscritas no presente, uma vez que a futura capital, “[...] pelo seu desenvolvimento comercial, industrial e artístico, demonstrará o nosso progresso já bastante sensível [...]”<sup>12</sup> (1893, p.1), proclamava o jornal *O Contemporâneo*.

Na visão dos defensores da permanência da sede do governo em Ouro Preto, o progresso apresentava-se, no entanto, em sua face obscura e desumana. Com argumentos contundentes dessa natureza, por exemplo, Xavier da Veiga, atacava o projeto da nova Capital:

## Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais

É nas grandes cidades [...] que se acumula e fermenta a lia das nações, e elas, sob o ponto de vista político, são elementos nocivos a liberdade, como sob o ponto de vista social, são prejudiciais à moralidade dos costumes. [...] [Nelas] entronizam-se os argentários, os poderosos, a exercerem sua ação dissolvente e corruptora sobre os costumes e até mesmo sobre a administração, que eles frequentemente avassalam e dominam, no interesse exclusivo de suas especulações [...] <sup>13</sup> (XAVIER DA VEIGA, 1891, p.199 e p.201)

Artifício construído pelo homem que poderia fugir de seu controle, Xavier da Veiga evocava representações urbanas partilhadas, ao longo do século XIX, pela burguesia européia, aterrorizada por uma multidão cidadina vista como miserável e revolucionária. De lugar da civilização, a cidade se transfigurava, nessas projeções, em ambiente caótico e sinistro, onde uma massa de homens anônimos e incontroláveis estaria pronta a subverter a ordem e ameaçar o poder.

O tema do progresso, ainda que a ele estivessem associados valores e projeções tão divergentes, conferia um sentido paradoxal à concepção de república e, conseqüentemente, da nova capital. O novo regime tinha pela frente a importante tarefa de dotar a sociedade brasileira de um sentido de unidade, substrato para a formulação de uma identidade comum. O Império consolidara o Estado Nacional, suprimindo os conflitos internos e assegurando a integridade do território. Tratava-se, agora, de construir a nação brasileira. Ora, ao associar a construção da nação à ideia de progresso, procurou-se obliterar a herança cultural do passado colonial e escravista, desqualificando-a como fonte da identidade nacional. Configurou-se, por conseguinte, a busca de uma identidade que, embora pudesse recorrer a fatos e personagens do passado, contraditoriamente fundava-se, no futuro <sup>14</sup>.

Tributária dessa lógica do dever a ser, a nova Capital inscrevia-se no destino moral que republicanos traçavam para o país. Com a difícil missão de assegurar o percurso do desenvolvimento em solo mineiro, cumpria, ainda que numa trajetória invertida, um ciclo vivido, na segunda metade do século XIX, por muitas cidades europeias, submetidas a remodelações arquitetônicas em resposta a uma verdadeira crise urbana, das quais as intervenções de Haussmann em Paris, se tornaram emblemáticas. Eram experiências que tinham o propósito de extirpar as mazelas sociais do progresso e de inscrever um novo décor urbanístico, condizente com uma sociedade regida pela lógica capitalista e industrial.

Se no velho continente o urbanismo era convocado para adequar as cidades a uma realidade já constituída, aqui se fazia o caminho inverso, no qual o urbano deveria antecipar o futuro e ditar uma nova realidade social. Veja-se essa ideia de missão civilizatória e moral da nova Capital estampada em crônica de Alfredo Camarate <sup>15</sup>, arquiteto desenhista da Comissão Construtora da Nova Capital:

Letícia Julião

Construímos, é verdade, uma capital para os filhos do Estado de Minas, mas esses mineiros são igualmente filhos da República dos Estados Unidos do Brasil e são, além dessas duas desvanecedoras filiações, filhos do século das luzes ou, talvez antes, do século XX, que se lhe segue [...] A criação de uma capital nova traz, portanto, pesadíssimos encargos para os mineiros, e refiro-me aos encargos morais e não os econômicos [...] <sup>16</sup> (REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1985, p.166-167).

A ideia da Capital do progresso se afirmava nos limites de sua negação. Às margens do projeto, protagonizando o seu avesso, estavam Ouro Preto e o Arraial do Curral Del Rei, denominado Belo Horizonte, após a proclamação da República. Diretamente afetadas pela transferência da sede do governo, as realidades de ambos os núcleos nutriram imagens urbanas alentadas na contramão do progresso; afinal, eram referências de um tempo ou de um espaço que se desejava suplantar. De um lado, a Ouro Preto do passado escravista e colonial, mais tarde sede do governo provincial, designada Imperial Cidade pela monarquia recém derrubada. De outro, o acanhado Arraial do Curral Del Rei, lugar que parecia intocado pelo tempo e pela civilização, surgido no século XVIII como ponto de apoio de tropeiros, dedicado a pequena lavoura e à criação de gado para o abastecimento da região mineradora.

A rejeição a Ouro Preto sublinhava seu desajuste às forças do desenvolvimento; representações persuasivas traziam implícita a ideia de uma debilidade urbana irreversível, inadequada às exigências do presente. Localizada em sítio ingrato, na visão do jornal *O Contemporâneo*, sem força para atrair e reter talentos, concentrar a inteligência mineira e desenvolver o comércio e a indústria<sup>17</sup>, Ouro Preto inspirava nas novas gerações, segundo o deputado Monte Raso, “desprazer e tédio”<sup>18</sup> (1891, p.95).

Que lugar poderia ocupar, no presente, uma Capital com fortes laços com a tradição, quando se tratava, justamente, de livrar-se do fardo do passado? Restava-lhe o abandono ou, na melhor das hipóteses, prestar-se a monumento de recordação. Aos olhos de adeptos da mudança, Ouro Preto apresentava-se como uma espécie de lembrança a interpelar a promessa de progresso: nicho da memória de um mundo hierarquizado, envolto em uma aura religiosa e aristocrática, povoado de funcionários públicos, gente letrada e uma massa de trabalhadores recém-saídos da escravidão. Como concebê-la como "templo da indústria e do trabalho", quando era percebida justamente como guardiã de valores patriarcais, em que o trabalho e a produtividade humana eram menosprezados pela mentalidade escravista?

O pequeno povoado do Curral Del Rei partilhava com Ouro Preto de sua suposta inadequação temporal. Surgido dos fluxos da rede de núcleos urbanos mineradores constituída no



século XVIII, protagonizava, no entanto, uma outra espécie de contraste com o progresso: a do sertão rústico, inculto, predominantemente caipira, alheio às convenções citadinas e às conquistas da ciência e tecnologia.

Os registros com impressões do Arraial de alguns membros da Comissão Construtora da Nova Capital são expressivos de uma percepção aguda do antagonismo entre aquele ambiente rural e a cidade moderna sonhada para abrigar a Capital. Em uma de suas colunas publicadas no jornal *Minas Gerais*, Alfredo Camarate relata um encontro que tivera com um velho alfaiate do Arraial. O episódio é revelador de um sentimento hesitante – entre a perplexidade e a nostalgia antecipada – experimentado pelo cronista, ao ser confrontado a uma forma de vida que lhe era estranha e estava em vias de desaparecer. Relata que, ao procurar ser agradável com seu interlocutor, citara nomes de importantes alfaiates europeus, sem com isso conseguir tirar-lhe de seu estado impassível. Tudo parecia indiferente ao alfaiate curralense,

[...] como indiferente lhe seria também a perfuração do istmo de Suez, a construção da Torre Eiffel, a invenção do fonógrafo e a descoberta das injeções de creosoto na traqueia, para cura ou paralisação da tuberculose<sup>19</sup> (REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1985, p.47-48).

Camarate lhe encomenda, então, algumas calças e, para a sua surpresa, o alfaiate recusa, indicando outro profissional, por ser melhor e mais barato:

E fui-me cismando... na balança da minha consciência, os novos bens que trará a este povo a conquista vertiginosa dos progressos do século e as antigas virtudes patriarcais deste povo, que irão esvaindo nas fórmulas positivas e interesseiras dos povos ultracivilizados. Filósofos e moralistas dirão, uns, que Belo Horizonte ganha, outros, que Belo Horizonte perde!<sup>20</sup> (REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1985, p.47-48).

O mesmo sentimento hesitante em relação ao impacto que a construção da nova Capital iria trazer para o pacato povoado aparece numa descrição da paisagem de Belo Horizonte, publicada em relatório da Comissão Construtora. Aquele território, quase intocado pelo homem, é descrito como algo quase sublime: o “céu puríssimo”, as “serras verdejantes”, as “casinhas derramadas pelas encostas” “sossegadas e mudas”; “por que trocar a paz deste arraial pelos ruídos e bulício incontinenti das grandes cidades!?!...”<sup>21</sup> (REVISTA GERAL DOS TRABALHOS..., 1895, p.12).

Ainda que ambas as falas insinuem incertezas a respeito dos benefícios da construção da nova Capital, predominava a crença no progresso, sobretudo seu êxito em redimir o pequeno povoado, e por extensão toda Minas Gerais, da ignorância e do atraso. Esperava-se que aquela gente simples, de costumes caipiras aderisse aos padrões civilizados de vida; superando a

Letícia Julião

[...] palidez e magreza dos filhos cá da terra e enfermidade (se é enfermidade) muito fácil de corrigir [...]. Mas nem me parece que haja necessidade de aconselhar paternalmente este povo, para que se alimente devidamente; o exemplo, dado na maneira de viver dos outros, será o suficiente para acabar, pela raiz, com este enfezamento artificial [...].<sup>22</sup>(MONTE-RASO, 1891, p.95).

Às vilas e povoados tradicionais de Minas Gerais era associada a ideia de um povo sem instrução e doente; portador de um “enfezamento” que o progresso radicaria com a introdução de novos hábitos. Não se tratava, portanto, de conferir à Capital apenas uma nova roupagem urbanística, mas, por meio dela empreender uma missão civilizatória.

### **Gramática urbana imaginada**

Fieis ao imaginário urbano moderno<sup>23</sup> e atentas à percepção dos desajustes de Ouro Preto, as elites mineiras projetaram um verdadeiro índice de atributos a serem ostentados pela nova Capital republicana. Sonhavam com:

[...] um centro onde se concentre a parte pensante do seu povo, manifestada pela sua indústria desenvolvida, o seu comércio adiantado, os seus estabelecimentos de ensino modelo, as suas artes e todas as demais manifestações da inteligência, hoje, infelizmente, arredias como de um centro como Ouro Preto, a atual capital de Minas.<sup>24</sup>(O CONTEMPORANEO, 1893, p.2).

A ideia de um centro irradiador de desenvolvimento coincidia com a defesa de localizar a cidade em ponto geográfico central do Estado, de modo a estreitar “de mais a mais os laços da unidade mineira.”<sup>25</sup> (ANDRADE, 1891, p.347).

A tese da centralidade geográfica figurava como uma estratégia para assegurar a integridade territorial. Predominava uma percepção de que Minas Gerais constituía uma verdadeira colcha de retalhos, ideia que será reforçada posteriormente pela historiografia<sup>26</sup>, resultado de seu desenvolvimento desigual, sem qualquer conexão econômica entre as suas diferentes regiões. Em virtude desse desequilíbrio, a emergência de interesses regionais distintos e, às vezes, divergentes ameaçava a própria unidade política do Estado. A construção de uma capital que, ao contrário de Ouro Preto, pudesse exercer, de fato, o papel de centro gravitacional do Estado era uma espécie de solução salvacionista, ainda que desacreditada por alguns<sup>27</sup>. Caberia a ela viabilizar o crescimento e integração econômica e pacificar os ânimos políticos, opondo-se como “uma barreira ao espírito separatista”<sup>28</sup> (MONTE-RASO, 1891, p.96), predominante em algumas áreas.

Subjacente à tese do centro geográfico, defendia-se também que o local fosse apropriado para a implantação de um sistema viário, de modo a articular a Capital com as demais regiões do Estado. Em Ouro Preto, argumentava-se, era obra impraticável, considerando-se sua topografia difícil, fato que a condenara a um isolamento inadmissível para uma sede do poder.

A preocupação com o meio geográfico se estendia também às condições ambientais. Surgida de assentamentos que se fixaram em áreas próximas à mineração, Ouro Preto era apontada como inadequada ao estabelecimento humano: “[...] do ponto de vista higiênico [...], vai se tornando um foco de graves moléstias, principalmente depois do serviço de esgoto. As moléstias pulmonares são aqui endêmicas”<sup>29</sup> (MONTE-RASO, 1891, p.95). A topografia difícil, o frio e a umidade do clima, a qualidade do solo, as habitações inadequadas, tudo concorria para a insalubridade da antiga Capital.

Eram questões pertinentes numa época em que as noções de higiene e salubridade passavam a reger a gestão das cidades. Assim como nos países industrializados, no Brasil o meio ambiente tornara-se o foco das atenções urbanistas; técnicas e saberes médicos eram convocados para o controle sanitário de cidades, com vistas a eliminar ou corrigir aspectos ambientais comprometedores para a saúde pública.<sup>30</sup> Sob a ótica sanitária, Ouro Preto era o retrato da cidade condenada pelo novo urbanismo: ruas estreitas, ocupação irregular, saneamento precário; tudo parecia concorrer para a sua pecha de insalubre. Em contraposição, a futura Capital deveria ostentar a imagem de cidade saudável, reunindo:

[...] todas as condições de salubridade que se entendem com os preceitos da higiene moderna e que, sobretudo, nos assegurem a excelência do clima [...], uma capital modelo, na altura de seus grandes destinos na União Brasileira, rica, bela e populosa [...]<sup>31</sup>. (ANDRADE, 1891, p.348).

No mínimo, o seu sítio deveria favorecer as intervenções humanas; Ouro Preto, alegavam os mudancistas, não se prestava nem a isso, pois ali “enormes somas dos dinheiros públicos” eram “enterradas [...] com o maior sacrifício deste Estado”, sem que houvesse algum resultado.<sup>32</sup> Como um artifício da razão, e não mais como resultado de ditames circunstanciais da faina mineradora, a nova Capital deveria ser um marco de emancipação do homem em relação às asperezas do meio ambiente. Invertendo a relação de forças, nela a natureza deveria submeter-se, por meio da técnica e do saber, às demandas da civilização urbana.

Construir uma cidade também se apresentava como oportunidade ímpar para se inscrever no espaço uma nova estética do poder. Ansiava-se por uma paisagem urbana despojada, bem equipada, com “[...] praças grandes e elegantes, ruas extensas e largas, canalizações de todo gênero, jardins, teatros etc [...]”<sup>33</sup> (REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1985, p.166-167).

Havia, de fato, um verdadeiro desprezo pelo traçado urbano irregular, de ruas estreitas adaptadas a “natureza ingrata” e “topografia detestável”<sup>34</sup> de Ouro Preto, assim como pelo gosto barroco, identificado, por muitos, com o excesso de ornamentos, com “edifícios imperfeitos, mal-acabados e de péssimo gosto”<sup>35</sup>(CALDEIRA, 1891, p.98). Tratava-se de desfazer-se do anacronismo do gosto colonial:

A estética moderna já não admitiria as amaneiradas formas de um Churriguera, cujo estilo barroco, constrangido e caprichoso se alastrou, durante anos, pela Espanha, por Portugal, no Brasil e sobretudo no Estado de Minas [...] <sup>36</sup> (REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1985, p.132).

Importava transplantar o gosto e as novidades europeias; precisamente, adotar o ecletismo difundido pela burguesia ascendente, com sua mistura de estilos, profusão de materiais e edificações monumentais. Um estilo que se prestava à exaltação das conquistas do progresso, pois assimilava e exibia as inovações tecnológicas, como o emprego do ferro, citando padrões arquitetônicos remotos<sup>37</sup>.

Mesmo defensores da permanência da Capital em Ouro Preto alimentavam desdém pela sua paisagem. O Senador Silviano Brandão, expondo as motivações de cunho meramente simbólico que presidiam tal empreitada, dizia:

No período de reorganização em que nos achamos, quando de 15 de novembro para cá tudo se tem destruído e nada construído, não será aventuroso, não será um salto nas trevas inutilizarem-se aqui tantos valores, para irmos despender maiores, na construção de uma cidade, que apenas atestará a nossa vaidade? [...] A questão não pode ser de estética, mas econômica. Estarei de acordo que Ouro Preto é uma cidade feia [...] que nada produz e nem se presta a desenvolvimento; mas, a república deve ser um governo modesto, econômico, não precisando de monumentos para servirem de atestado a sua vaidade.<sup>38</sup> (BRANDÃO, 1891, p.94).

Nota-se que as críticas a Ouro Preto se dirigem ao campo da estética e às condições de desenvolvimento urbano. Apesar de feia, para o Senador a antiga Capital guardava valores – entenda-se as experiências acumulada ao longo da história – que seriam sacrificados em nome da construção de um monumento à República. Sua percepção é de um movimento implacável de rompimento com o passado, no qual tudo era destruído sem a certeza de se erguer algo no lugar.

Sua fala é expressiva de um clima de incertezas que se seguiu à Proclamação da República. A derrubada do edifício político-institucional da Monarquia e a ausência de um projeto republicano que fosse consensual entre as elites resultaram em um quadro de sucessivas crises, administrações desordenadas e um verdadeiro vazio institucional. A nova ordem só veio a consolidar-se ao final da

primeira década republicana, quando então se definiu, no governo de Campos Sales, o pacto oligárquico do poder e as regras mínimas de governabilidade.<sup>39</sup>

O quadro de indefinição acabou por ensejar embates vigorosos entre as diferentes correntes políticas, nos quais liberais, positivistas e jacobinos travaram disputas acirradas no sentido de tornar hegemônicos seus respectivos projetos de República. No campo ideológico, esse foi um momento pródigo na produção de símbolos, alegorias e mitos republicanos<sup>40</sup>. Afinal, o novo regime ainda era algo por se inventar, o que estimulava sua construção imaginária pelas diversas correntes empenhadas em se afirmarem politicamente.

A construção desse universo simbólico, vale lembrar, além de se prestar às disputas político-ideológicas, cumpria uma tarefa urgente de legitimar o novo regime. Instaurada por um golpe militar, à revelia dos segmentos populares e sem qualquer projeto que os pudesse seduzir, a República precisava construir um corpo de representação que a justificasse para além das fronteiras das elites, conquistando a simpatia popular. Um esforço, aliás, em vão, como demonstra José Murilo de Carvalho, já que o novo regime não logrou desfazer o abismo existente entre o universo popular e as "repúblicas" postuladas pelas correntes políticas<sup>41</sup>.

Essa atmosfera de incerteza política e efervescência ideológica, em meio à necessidade de legitimar o regime, representou, sem dúvida, uma porta aberta para a aventura ousada da construção de Belo Horizonte – com certeza a obra simbólica de maior envergadura da República em Minas. Um gesto fútil, na visão de opositores como Silviano Brandão; salvacionista, na visão de mudancistas, em face à percepção do atraso econômico e cultural e da desagregação política de Minas.

Não seria equivocado afirmar que o projeto de transferência da Capital constituiu-se no foco em torno do qual se manifestaram os conflitos políticos e ideológicos que se seguiram à proclamação da República em Minas. A questão colocou em curso embates entre diferentes visões de urbanidade, traduções de concepções distintas de organização da comunidade de cidadãos, expressas na recusa, no receio ou no desejo de uma cidade capital moderna. Em particular, as imagens de adesão ao projeto – centro intelectual e econômico, polo de irradiação do poder, urbe moderna e progressista; espaço racionalmente concebido, centro promotor do desenvolvimento republicano – formaram um conjunto coerente, espécie de gramática urbana imaginada, na qual se projetava um ideal de civilização.

Ao cabo de todo o debate, constituiu-se um imaginário urbano que se nutria de um jogo de contrastes aparentemente irreconciliáveis entre novo e antigo, progresso e atraso, belo e feio, higiênico e insalubre, encarnados, de um lado, pela nova Capital – Belo Horizonte e, de outro, por Ouro Preto e o Arraial do Curral Del Rei. A convicção de que se vivia uma ruptura com a época

precedente alimentava a força dicotômica dessas imagens. Inaugurava-se um novo tempo, para o qual era indispensável uma nova espacialidade, capaz de dar um sentido material e simbólico à ideia de ruptura.

A necessidade de distinguir-se da antiga ordem impunha um deslocamento, uma mudança de lugar, capaz de demarcar a emergência de um tempo de alteração social. Se o advento da República era o elemento-chave na concepção dessa temporalidade, a cidade foi, por excelência, o espaço da sua representação. Opondo-se à sociedade rural e arcaica, ela sugeria uma vida cosmopolita, em incessante transformação, *locus* de um espaço público formado por indivíduos emancipados.

Neste cenário mental, parece compreensível que as elites nacionais tenham alardeado a transferência de seu *modus vivendi* do campo para a cidade e promovido reformas urbanas, como no Rio de Janeiro, ou mesmo fundado cidades, como no caso de Minas. Afinal, paisagem e vida urbana apresentavam-se como o passaporte para o ingresso da jovem República no concerto das Nações.

### **A Capital: um cenário como enredo**

A nova Capital parecia se erguer sobre os escombros da antiga ordem; abandonava-se à própria sorte Ouro Preto e arrasava-se o Curral Del Rei, deixando poucos vestígios para a posteridade. Os contemporâneos dessa experiência tão radical, é claro, não ficaram indiferentes às transformações. Se alguns associavam a nova Capital ao sentido amargo do aniquilamento de antigos valores e modo de vida, outros projetavam-na

[...] como empório, como estrondante centro da indústria, em que, ao ranger das engrenagens, ao bufar do vapor e ao arquejar dos motores possantes, se casassem o vozear imenso das multidões atropeladas e os silvos das turbinas brutas e prestes a reventar de energia.<sup>42</sup> (REVISTA MINEIRA, 1903, p.28).

Engrenagens, turbinas, atmosfera enérgica da multidão nas ruas sugerem a emergência de uma nova percepção do tempo e do espaço. As conquistas da tecnologia prometiam emancipar o homem das vicissitudes de um ambiente eminentemente rural, marcado por espaços erguidos sob os ditames da natureza, submetido a um tempo de ritmo moroso. Uma nova sensibilidade urbana emerge, ensejando um verdadeiro caleidoscópio de sensações e percepções, típicas de quem vivia na fronteira hesitante entre dois mundos. Ou seja, no limiar de uma vida estável e pacata, característica de uma sociedade que mantivera padrões tradicionais de sociabilidade mas que caminhava para experimentar as transformações da modernidade. É nessa fronteira que a grande

cidade emergia como ícone, cenário e personagem que instigava a mente humana, dividia as opiniões e cristalizava, em torno de si, sentimentos apaixonados.<sup>43</sup>

É justamente sobre essa experiência que se desenvolve a trama do romance *A Capital*, de Avelino Foscolo<sup>44</sup>. Publicado logo após a inauguração da nova Capital, em 1903, foi o primeiro romance a ser ambientado em Belo Horizonte. Espécie de voz dissonante em meio aos discursos entusiastas com a nova Capital, o romance faz uma crítica implacável à cidade.

O autor, Antonio Avelino Fóscolo, nascido em Sabará, em 1864, era uma personalidade à margem; adepto do anarquismo, ator de circo, jornalista e escritor filiado ao naturalismo tardio, tendo uma obra marcada pela denúncia das mazelas sociais. O romance *A Capital* não foge à regra. Sua ação se passa no antigo Arraial do Curral Del Rei, com o início das obras da nova cidade, se estendendo até período imediatamente posterior à sua inauguração. Na trama, o engodo das indenizações oferecidas aos proprietários do Curral Del Rei, as falcatruas da distribuição de lotes na nova Capital, a especulação financeira e os próprios limites das promessas do progresso servem de pano de fundo para os dilemas e inquietações dos personagens, defrontados com as transformações em curso.

Seus personagens, moradores do Curral Del Rei, protagonizam a tragédia do desenvolvimento; são seduzidos pelo progresso e ao mesmo tempo se tornam suas vítimas. Essa tensão percorre toda a narrativa, centrada na derrocada da antiga ordem e ascensão de novas formas de sociabilidade, de produção de riqueza, e mesmo de amor e casamento. Conflito e tensão que serão encarnados pelos personagens Cunha e sua esposa Lená.

Homem pacato e conservador, Cunha vive a angústia de ver os seus valores e o seu mundo se diluírem, em um ambiente lhe era estranho e hostil, incompatível com um homem como ele, habituado à vida simples. Na sua visão, a nova Capital e a República não passavam de bandalheira e desordem. Sem a malícia para enfrentar os desafios da grande cidade, Cunha assiste amargurado à sua decadência, sob todos os aspectos: a perda de seu poder e status, enquanto figura proeminente do Arraial, sua falência econômica, sendo inábil como era para tocar o comércio num ambiente marcado pela especulação e ganância de lucro; a perda de sua identidade e, por fim, do sentido íntimo de sua vida, com o fim de seu casamento.

Se o personagem de Cunha tematiza a agonia e a impotência da velha ordem atropelada pela modernidade, seu irmão, Sérgio, e sua esposa Lená se sentem à vontade com a ideia do progresso e alimentam expectativas de vida melhor. Pragmático, Sérgio logo se ajusta às novas relações efêmeras e superficiais e ao jogo da especulação. Seu desprezo pela moral o habilita para as relações dominadas pela conveniência e dinheiro. Enquanto o progresso para ele significava oportunidade de ascensão, para Lená tinha um sentido quase onírico:

Letícia Julião

Ela amava o progresso, o movimento, a vida, almejando uma capital ideal para o cérebro de Minas: muito grande, impulsionada à força da arte, da indústria, do comércio, erguendo-se soberana da modesta aldeia [...] <sup>45</sup> (FÓSCOLO, Op. Cit. p.85).

Ao contrário do marido, Lená não tinha nada a perder. O pequeno povoado do Curral Del Rei, para ela, era sinônimo de solidão e tédio, de uma vida reclusa, dedicada a um casamento indesejado. A grande cidade acenava-lhe para um horizonte de novos prazeres, que poderiam ser conquistados na troca do mundo privado da casa pelo espaço público e frenético das ruas. Em um ambiente capaz de absorver os seres,

[...] levando-os no voltejar vertiginoso da existência à moderna, calcando a dor na ascensão vitoriosa do futuro, efetuando no turbilhão de sensações mil o esquecimento tão necessário à sua alma [...] <sup>46</sup> (Idem, p.86).

Partidária incauta do progresso, ela experimenta a frustração em relação à sua expectativa de que a nova Capital a redimisse de seu tempo presente. Assiste ao malogro do seu sonho, ao se deparar com uma cidade “[...] sem uma diversão, sem um progresso que saltassem aos olhos, estacionária em face do oficialismo que parecia narcotizar-lhe os membros”. <sup>47</sup> (Idem, p.206).

Há um diálogo estreito entre Lená e a cidade; um diálogo “em relação especular, em relação de duplo psicanalítico”, segundo Malard, para quem “[...] um dos méritos do Avelino escritor é a integração perfeita da personagem com a paisagem [...]”<sup>48</sup> (MALARD, 1987, p.189) À medida que Lená se frustra com as possibilidades de viver o amor na nova Capital, aos seus olhos se projeta uma Belo Horizonte sombria, de lugar de esperanças a cidade se torna sinônimo de frustração.

Os personagens, cada um a seu modo, acabam por pagar um preço ao progresso; vivenciam a ruína moral e física, a decepção da riqueza fácil, ou o desencanto com a cidade moderna que, na sua sede insaciável do novo, parecia condenada ao envelhecimento precoce. Para Lená, Belo Horizonte

[...] morrera nas garras da especulação infrene, deixando apenas aqueles tristes despojos da iniciada grandeza, que eram ruínas monumentais embora, permanecendo como um despertar cruel para os que a desejam mais e mais excelsa como o ideal a planejava. <sup>49</sup> (FÓSCOLO, p.271-272).

A impressão de Lená de abandono é corroborada pela imprensa belorizontina. Descrições de um cenário envolto em uma “atmosfera muda das ruas e largas avenidas”, que “desaparece, dia a dia, sob o peso do silêncio...” insinuavam a imagem de uma cidade fantasmagórica. Surgida da



vontade de apagamento do passado, a Capital parecia ter transitado, por um instante, pelo futuro sem, contudo, assegurar seu lugar no tempo, tornando-se monumento fugidio, despojado de alma e identidade.

Vista assim, Belo Horizonte parecia cumprir as previsões pessimistas do senador Costa Sena durante os debates no Parlamento, em 1891, quando lembra o caso de La Plata, na Argentina – “uma cidade modelo, um primor de edificação, porém quase inabitada”. Temendo o mesmo destino para a nova Capital, alerta que a mesma poderia ficar “[...] reduzida a um pequeno número de palácios e edifícios públicos habitados pelo funcionalismo, advogados e procuradores de partes [...]”<sup>50</sup>(SENA, 1891, p.101). Aliás, essa foi a impressão de Monteiro Lobato, quando visita Belo Horizonte:

Extrema escassez de gente pelas ruas larguíssimas, a cidade semi-construída, quase que apenas desenhada a tijolo, no chão, um prédio aqui outro lá, tudo semi-feito – e a tudo envolver um pó finíssimo e finissimamente irritante [...]

Não havia povo nas ruas. Os passantes, positivamente funcionários que subiam e desciam lentamente, a fingir de transeuntes. Transeuntes públicos. Daí o sono que dava aquilo. Uma semana passada lá deixava a impressão de meses.<sup>51</sup> (LOBATO, 1947, p.220).

Se a Monteiro Lobato Belo Horizonte parecia tediosa, um espaço público concebido em escala monumental paradoxalmente sem vida pública, para João do Rio assemelhava-se a um sonho, um espaço etéreo, um verdadeiro “miradouro do céu”:

Nas imensas avenidas, maravilhosamente arborizadas; nas largas ruas, onde as árvores se fazem ornamentos de penetrante encanto, não se pode discutir a modéstia das construções [...]

Ninguém viu no mundo uma orgia tal de azul... O azul não está no céu, lá no alto. O azul está nas praças, está nas ruas, ondula nos montes, escorre das árvores, cerca as pessoas [...]

As ruas são pontes ligando o azul. A cidade faz-se miragem [...] É tão feita de céu a cidade, que anjos poderiam caminhar pelas pontes aéreas que são as ruas, como pelo próprio céu.<sup>52</sup> (VIDA DE MINAS, 1916).

Ainda que elogiosa, a impressão de João do Rio é de uma cidade que parecia não pertencer ao mundo dos homens; uma cidade fantasmagórica e por isso tão irreal como o era para Lobato. Tanto a visão do escritor paulista quanto a do cronista carioca coincidem sobre o aspecto insólito e espectral de uma Capital sem gente.

Fato, aliás, que não passava despercebido para a imprensa local, que se queixava, com frequência, da apatia da cidade, denunciando de maneira implacável os hábitos interioranos de seus moradores:

Letícia Julião

Para as gentes de fora, então, nós somos de uma caipirice incorrigível... Até quando serás assim, impolida e desajeitada, formosa Belo Horizonte? Até quando poderão dizer de ti, uma palavra que é uma humilhação e poderia ser um estímulo, que no teu divino corpo palpita, apenas, uma alma simples de arraial.<sup>53</sup>(VIDA DE MINAS, 1915).

Nos cafés, “as mesas vazias, os garçons cochilando” davam “uma sensação de modorra”; a Praça da Liberdade e o Parque viviam praticamente desertos; o teatro mantinha-se “desoladoramente fechado quase o ano inteiro”. Enfim, lamentava o *Diário de Minas*, o ambiente artístico e intelectual era limitadíssimo<sup>54</sup>.

Concretamente, era necessário operar uma metamorfose nas relações sociais aristocráticas e tradicionais da elite mineira, conformando-as a um estilo de vida condizente com a urbanidade sugerida no espaço arrojado da Nova Capital. A sociabilidade, até então, confinada ao núcleo doméstico, deveria deslocar-se para o espaço público, expandir-se nas ruas. A reclusão familiar, marca de distinção das elites, para os padrões modernos não passava de “um conservadorismo *rastaquouère* e injustificável”<sup>55</sup> (DÍARIO DE MINAS, 1913, p.3). Afinal, todas as experiências da modernidade, fossem sociais, culturais ou políticas, tinham como horizonte o espaço público da cidade; espaços que a nova Capital dispunha como poucas cidades brasileiras:

Belo Horizonte tem tudo: avenidas, praças. Passeios belíssimos, prado de corridas, campo de futebol, teatro, enfim, todos os divertimentos de uma cidade civilizada. De que valem, porém, esses divertimentos, se eles estão abandonados? Não se vê uma viva alma do “smartismo” mineiro gozando as delícias dessas largas avenidas, os encantos das vastas praças, ostentando artísticos cantos, onde somente o zumbido dos insetos, à falta de uma banda de música, quebra a monotonia em que vivem esses logradouros público! [...]  
Poder-se-ia, pois, dizer que Belo Horizonte civiliza-se, diante do abandono em que se encontram os seus jardins e pontos naturais de passeio?<sup>56</sup> (VITA, 1913).

Só muito lentamente as elites mineiras se adaptaram àquele novo cenário urbano, vencendo suas resistências e desajustes. A imprensa, ao que parece, atuou como forte aliada nesse processo de aburguesamento e europeização, estimulando novas práticas e condenando as antigas. O estilo reservado era abordado não raras vezes com ironia: “Que mais queremos? Certamente que nos passeios públicos nos entrem pela porta adentro a fim de gozarmos, pacatamente, de chambre ou pegnoir”<sup>57</sup> (DÍARIO DE MINAS, 1917, p.2).

Manifestações como essa davam conta de que o sentimento de frustração da personagem Lená de Fóscolo era partilhado por muitos contemporâneos. Olhos desapontados atestavam o acanhamento da vida urbana em uma cidade que estava muito longe de cumprir as promessas de

modernidade. O que de fato se descortinava aos olhares de contemporâneos dos primórdios da Capital era um monumento do futuro, habitado por uma elite provinciana, erguido para um progresso ou que não viera ou que se realizara muito aquém das expectativas.

Se, à primeira vista, o romance de Fóscolo apresenta-se como uma denúncia das mazelas sociais da nova Capital, particularmente da exclusão urbana dos antigos moradores do Curral Del Rei<sup>58</sup>, não seria equivocado dizer que se trata, essencialmente, de uma obra sobre o impacto causado pela construção da nova Capital na sensibilidade da época. Em *A Capital*, Belo Horizonte é mais do que palco da ação; ela desempenha um papel seminal. É a partir de novas possibilidades de existência, despertadas pela cidade moderna, que os personagens emergem e ganham força dramática, em um cenário que exerce a função estruturante da trama. Como se estivessem saídos das ruas da cidade, seus personagens inventariam as expectativas e inquietações urbanas; sentimentos cujos registros eram cotidianamente estampados em crônicas e artigos da imprensa, nos primeiros anos da nova Capital. Eram percepções de quem, desejoso de viver num mundo moderno, se frustrava no ambiente desértico da Capital ou de quem se sentia subtraído da vida tradicional das antigas vilas mineradoras, do ambiente predominantemente rural, da natureza e dos laços com o passado.

### **O inventário das perdas**

Não raras vezes surgiam, na imprensa, demonstrações de resistência ao novo *ethos* urbano. Para muitos a Capital não passava de uma paisagem insólita, cujo cenário, destoante da tradição do urbanismo colonial, chegava mesmo a infligir-lhes mal-estar:

O meu temperamento [...] muito sofreu da apatia dessa “urbs”, a cidade verde da simetria, de monocromos aspectos enquadrados em geométricos contornos. A cidade, para agradar, deve oferecer perspectivas vetustas, onde durmam as tradições e lagartixas [...]

A natureza tem horror aos saltos, e não é possível sair uma cidade do traço dum engenheiro, cheia de ruas adrede preparadas ...

Nessa urbs postiça, tudo é postiço, desde o risco arquitetônico das fachadas, à disposição dos jardinórios esmarridos; desde a tinta com que são pintados os edifícios públicos à irritante ‘maquilage’ das meninas; desde o sarau burguês e ratão... à chazada íntima, intra-muros, como bons tempos de Ouro Preto, elevados à categoria de “five o’clock”, numa ânsia mórbida de rastaquerismo, tudo é horivelmente postiço [...].<sup>59</sup>(DÍARIO DE MINAS, 1915).

Ao desqualificar o urbanismo surgido da régua e compasso, a crônica proclama, nas entrelinhas, a superioridade da antiga Capital – cidade oposta à urbs postiça, porque constituída pelo

trabalho do tempo. Não somente a conformação adrede das ruas de Belo Horizonte abalava a tradição mineira, mas o comportamento aburguesado, afetado por estrangeirismos.

Ainda que tenham resistido às possibilidades da vida urbana oferecidas pela nova Capital, como demonstrado acima, era natural que aquele espaço arrojado induzisse os cidadãos a novos hábitos citadinos. Dificilmente os moradores ficariam indiferentes à concepção inovadora do espaço e, independentemente de o desprezarem ou não, encontravam ali uma fonte para novas experiências sociais e mentais.

A simetria da cidade, sua geometria clara e arejada concorria, de acordo com as premissas urbanísticas, para a higiene coletiva, garantindo a iluminação, a circulação do ar e a ventilação. Mas, sobretudo, a uniformidade da malha urbana proclamava a transparência e a orientação plena do espaço, assegurando uma legibilidade imediata da cidade. O que expressava, de fato, a utopia de tornar a sociedade algo também transparente, franqueada ao olhar, onde não haveria lugar para o obscuro e impenetrável<sup>60</sup>.

Essa estética da visibilidade, que permitia expor os indivíduos uns aos outros, conduziu a experiências, por vezes perturbadoras, uma vez que impunha encontros indesejáveis e exposições involuntárias no espaço público. É justamente sobre o embaraço e desconforto causado pelas ruas amplas e avenidas em perspectiva que trata uma crônica de 1910. Seu personagem é um funcionário público, cujo ordenado minguado o levava a se endividar a ponto de encontrar um credor onde quer que estivesse. Estava contando suas agruras ao cronista, quando avista um desses credores e, procurando retirar-se “a todo pano”, comentou: “Diacho! Nem um beco nesta terra! Ruas largas como são sei o que! [...] Qual siô! Viva o nosso velho Ouro Preto!”<sup>61</sup> (QUASE, 1910, p.2)

Não havia esconderijos possíveis naquele espaço franqueado à vista. O funcionário evocava saudoso os becos de Ouro Preto – lugares que funcionavam como escudos, permitindo uma permanência mais reservada no ambiente das ruas. Se na antiga Capital as ruas eram tortuosas e estreitas, definidas e traçadas pela disposição das edificações que ditavam a própria fisionomia urbana, em Belo Horizonte a relação se invertia: apropriadas à circulação, feitas longas e uniformes, as vias funcionavam como princípio organizativo da paisagem, subordinando os outros elementos urbanísticos aos seus imperativos.

Mas não era apenas a perda do aspecto acolhedor do urbanismo de Ouro Preto que era lamentado. O modernismo das ruas, os aparatos técnicos e as convenções sociais também eram contrastados com o ideal de vida no campo. Na contramão do mundo rural, representado como o lugar de virtude, simples e autêntico, a grande cidade era identificada pela mundanidade, artificialismo e degeneração moral. Uma carta de leitor, publicada na revista *Vida de Minas*, em 1916, expressava esse sentimento:

## Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais

Sim o que nos agrada é o sertão, onde vivemos tão despreocupada, tão livre, tão naturalmente. Eu tenho pena destas florestas estioladas da civilização a imigrar-se e a desfolhar de anemia e esgotamento nervoso nos prazeres da cidade, sem conhecer um pouco da vida nobre e forte, que nos dá a natureza [...]

A civilização está nos batendo às portas, e com ela virá a estrada de ferro, o bonde elétrico, a máquina a vapor, o gatuno, o espartilho, o creme e o pó de arroz. A elegante sertaneja perderá as rosas das faces e a airosa curvatura do colo opulento, o povo perderá a inocência...

Como é triste pensar que havemos de perder tudo isso...?<sup>62</sup>(VIDA DE MINAS, 1916).

Cremses, espartilhos, estradas de ferro e gatunagem formavam um índice, em negativo, da civilização. Eram signos de uma sociedade que parecia vazia de valores, exilada de si mesma e reduzida às aparências. Daí o esforço para a construção do mito de um passado mais feliz; o sentimento nostálgico em relação a um tempo e a um espaço remotos, cujos elos a sociedade parecia ter rompido. Imbuído dessa mesma percepção, o escritor e jornalista Artur Lobo saudava o mundo primitivo e rústico, num desabafo:

Quisera estar agora a cem léguas dos caminhos de ferro, das cidades florescentes, das usinas, das fábricas, das avenidas; regressar à simplicidade primitiva dos homens, amansar a terra, curar a lavoura, exilar-me para a sociedade dos humildes, dos obscuros, dos simples [...].<sup>63</sup> (VIDA DE MINAS, 1916).

De todas as perdas inventariadas com a transferência da Capital – a simplicidade da vida provinciana, sua suposta autenticidade, a urbanidade acolhedora de Ouro Preto – certamente foi a ameaça de prejuízos irreparáveis para a memória e a tradição mineira a que, de maneira veemente, sensibilizou defensores de Ouro Preto e reticentes com a mudança da Capital. Melancolia, saudosismo e temor eram sentimentos recorrentes em suas manifestações. Com um misto de amargura e perplexidade, Diogo de Vasconcellos resume de forma contundente esse sentimento partilhado por muitos: “[...] parece-me que assistimos ao cerimonial, as danças e aos tambores alegres da tribo que tem por virtude enterrar vivos seus velhos”.<sup>64</sup> (VASCONCELLOS, 1893, p.1).

Para Vasconcellos sentenciava-se Ouro Preto à morte, ou pelo menos ao papel de galeria do passado congelada no tempo, desautorizada a partilhar da força criadora dos novos tempos. Augusto de Lima sintetiza essa percepção, constatando a incapacidade de Ouro Preto tornar-se verdadeiramente o centro da vida do Estado, “[...] pois que de tal condição carece infelizmente a atual Capital, tão prestigiada, entretanto, de recordações que formam o mais caro patrimônio histórico do povo mineiro”<sup>65</sup>. (LIMA, p.22).

O reconhecimento do status de patrimônio da história de Ouro Preto prestava-se, nesse momento, como uma espécie de medida compensatória, uma honraria em face da perda do status de capital. Mais do que isso, Ouro Preto arriscava-se a se tornar um templo de culto ao passado, mas que, na qualidade de centro urbano, perdia seu nexos com o presente. Não por acaso justamente no dia da inauguração da nova Capital, quando praticamente toda a imprensa exaltava o feito, o jornal *Minas Gerais* publicou um artigo de Estevão Lobo, no qual expressava o receio da velha Ouro Preto vir a se transformar em

[...] uma página esmaecida e morta do enevado passado, não mais compreendida então! [...] Quando as crianças de amanhã crescerem nestas ruínas amadas; [...] não compreenderão talvez as cantilenas que as meigas velhinhas irão modulando, a lembrança dos dias que pompearam aqui, a reminiscência, não apagada ainda, das festas triunfais, das sagradas núpcias da liberdade, tão formosamente comemoradas [...]<sup>66</sup> (MINAS GERAIS, 1897, p.2).

O artigo faz um alerta. Ouro Preto e sua história estavam ameaçadas de se reduzirem a uma reminiscência sem valor ou sentido, porque incompreensível para uma sociedade que estava na iminência de romper seus vínculos com a experiência pretérita. O ritmo acelerado das transformações poderia criar um abismo entre as gerações e o passado tornar-se, então, irreconhecível no futuro.

Naturalmente que o temor do rompimento ensejado pela transferência da Capital se fez acompanhar de sentimentos e gestos nostálgicos, nos quais o Arraial do Curral Del Rei e Ouro Preto eram cristalizados como os elos perdidos a serem resgatados. No caso do Curral Del Rei, se a conquista da modernidade e o avanço tecnológico justificavam a sua destruição, também ofereciam recursos capazes de reter a lembrança do lugar; em particular a fotografia possibilitava fixar um momento daquele tempo veloz, parecendo eternizar o que seria irremediavelmente perdido. Tão logo iniciou seus trabalhos, a Comissão Construtora da Nova Capital montou um gabinete fotográfico, para registrar "diversas vistas do Arraial e das suas principais habitações", que serviriam de recordação do lugarejo "transformado em cidade moderna".<sup>67</sup> (1895, p.9).

Contrastadas, no futuro próximo, com imagens da nova Capital, tais imagens atestariam o feito inédito que operara mudanças radicais, em tempo recorte, em território antes ocupado pelo acanhado povoado. Mas, para além do sentido propagandístico, as fotografias remediavam a perda, funcionando como uma espécie de panorama que reorganizava a memória curralense pela narrativa imagética. Com esses registros, a história parecia salvaguardada em instantâneos, à disposição de espectadores do futuro, os quais se apropriariam dessas reminiscências, como se aproximassem de uma citação do tempo remoto. Tudo se tornaria uma massa de fatos, a atrair os olhares do público

do futuro, instigando-lhes curiosidade e talvez estranhamento. Ainda que se pretendesse, dificilmente tais registros seriam fidedignos à realidade já que faltam às fotografias, “[...] as galas do colorido; já porque elas nunca darão, com a desejada nitidez e precisão, a intensidade que oferecem todos os planos [...]”, admitia Alfredo Camarate.<sup>68</sup> (1985, p.51).

Além das fotografias, Aarão Reis, chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, encomendou ao pintor francês Émile Rouède, de passagem pelo Brasil, três telas, com aspectos do antigo povoado. Produzidos em 1894, os quadros retratam respectivamente, a antiga Igreja Matriz, em estilo colonial, e seu largo fronteiro; rua com casebres e suas palmeiras e panorama do vale do antigo povoado. Segundo Gravatá, Rouède permaneceu quase todo o ano de 1894 em Minas, grande parte desse tempo em Ouro Preto, onde escreveu uma pequena série de artigos com suas impressões para *Le Brésil Republicain*, jornal publicado no Rio de Janeiro, em francês<sup>69</sup>. Em um de seus artigos, comentando o debate violento que antecederia a decisão da mudança da Capital, o pintor manifestava seu apoio a Ouro Preto:

J’aime Ouro Preto, j’en demande pardon à ceux qui ne l’aime pas, ou plutôt, qui ne l’aime plus!

Etant né avec l’amour de l’art, il est tout naturel que je préfère les endroits pittoresques et accidentés, aux plaines monotones, et n’inspirant aucun sentiment artistique. Et puis, cette ville a une tradition; on lit, dans ses monuments, l’histoire du pays. [...]

Ouro Preto est fils légitime de l’état de Minas, et il a tout autant de droits à sa solitude que le Curral d’El Rey – Belo Horizonte.<sup>70</sup> (ROUÈDE, 1977).

Rouède não só estimava a estética urbana colonial – atitude rara, sobretudo em se tratando de um olhar estrangeiro no século XIX – como destacava a importância dos vínculos de Ouro Preto com a história do país. Na sua visão, a transferência da Capital era “uma fatalidade!” que reclamava atenção para a antiga Ouro Preto que “il fut vaincu, il fut sacrifié”; uma atenção semelhante à que era dispensava ao Curral Del Rei. É provável que se referisse à preocupação de Aarão Reis em registrar para a posteridade aspectos do povoado do Curral Del Rei; embora não estivesse condenada ao desaparecimento, Ouro Preto também merecia gestos que pudessem remediar o alto preço que pagaria com o seu abandono.

Se os registros do Gabinete fotográfico e as telas de Rouède eram iniciativas planejadas, que buscavam reparar uma perda anunciada, outras manifestações, de nostalgia ou desalento, ganharam curso como reações diante do rompimento efetivado. Alguns desses gestos chegavam à excentricidade. É o exemplo da instalação no jardim da Praça da Liberdade da nova Capital de uma réplica do pico Itacolomi, marco natural e emblemático da identidade da antiga Capital. *O Bogari* noticiava, em 1904:

Letícia Julião

Será grato a todos os ouro pretanos aqui residentes a representação, em miniatura, no Jardim da Praça da Liberdade, do soberbo itamonte, atalaia, ativa e vigilante da velha capital, já celebre nos fastos da história pátria.<sup>71</sup> (O BOGARI, 1904, p.1).

Espécie de nota dissonante no cenário da principal praça da nova Capital, o Itacolomi em miniatura criava a ilusão de um contato imediato com o que se tornara ausente. Com esse mesmo espírito, as varandas de residências em Belo Horizonte eram ornadas com pinturas de paisagens<sup>72</sup>. Hábito muito em voga, as pinturas eram espécies de panoramas que criavam a ilusão de trazer para o interior do espaço doméstico a natureza da qual o mundo moderno se apartara<sup>73</sup>.

O quadro “A Má Notícia”<sup>74</sup>, de Belmiro de Almeida, insere-se no rol de manifestações que buscaram eternizar o desalento com a mudança da Capital. A obra feita em óleo, sobre uma tela no formato de uma circunferência, fixada em suporte de madeira (168x168cm) descreve uma mulher solitária, debruçada sobre uma poltrona, com a cabeça apoiada pela mão esquerda, quase a lhe esconder a face. Ela lê uma carta que está no chão à sua esquerda, que exhibe uma tarja preta sugerindo ser uma correspondência de luto. Sua expressão é de profunda tristeza.

A data da obra, 1897, coincide com o ano da inauguração da nova Capital, o que deu margem para interpretações de que a má notícia seria justamente a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Exposta nesse mesmo ano de 1897 no salão do Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto, foi adquirida pelo governo do Estado de Minas Gerais que a exibiu no Palácio da Liberdade e mais tarde no gabinete da Secretaria do Interior. Sua trajetória no âmbito do governo foi associada, entretanto, à superstição de que a tela trazia maus presságios, razão pela qual percorreu várias repartições públicas – Palácio da Justiça, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde Pública, sendo finalmente incorporada em 1942 ao acervo do Arquivo Público Mineiro e posteriormente, em 1982, transferida para o Museu Mineiro.<sup>75</sup>

Ainda que seja quase impossível apurar a verdadeira intenção do autor, o certo é que Belmiro de Almeida produziu uma obra de intensa emoção, que sugere a dor da perda e da separação, no ano em os mineiros, sobretudo, ouropretenses se preparavam para se despedir do *status* de moradores da Capital. Independentemente da concepção do autor, a lenda em torno do quadro conferiu-lhe um sentido; fixou-lhe um vínculo indelével com a experiência humanamente traumática da mudança da Capital, a ponto de lhe agregarem um poder incomum.

Ora, 1897 foi provavelmente um ano de angústia à espera do acontecimento fatal para Ouro Preto; um ano cujo ânimo dificilmente escaparia ao autor d’ *A Má Notícia*:



Avizinha-se o prazo fatal dentro do qual tem de realizar-se a mudança da capital. O dia 17 de dezembro de 1897 marcará nos fatos históricos da nossa legendária cidade, desta cidade cuja riqueza de passado engrandece o nosso estado, uma das datas mais solenes, mais memoráveis, porque ela representará a separação de um punhado de filhos que, forçados pelo cumprimento do dever, deixam seus lares, recordações e suas tradições em busca de novas plagas, que a lei lhes designou.<sup>76</sup> (JORNAL MINEIRO, 2007, p.70-71).

Réplicas, representações pictóricas, fotografias ou escritas confessionais figuravam como manifestações de uma sociedade tomada pelo sentimento de desenraizamento e, por isso mesmo, obstinada em reconstituir seus elos com o tempo e o espaço, produzindo suas fantasmagorias afetivas, num processo de museificação diante da perda. Não seria equivocado dizer que, nesse momento crítico de transformações, iniciava-se o processo de patrimonialização do perdido. Como lembra Hartog, a produção do patrimônio nunca se nutre de continuidade, mas ao contrário de rupturas da ordem do tempo. Envolve um jogo entre o que está ausente e o que está presente; um jogo no qual a sociedade produz seus semióforos, atribuindo aos objetos, às coisas significados capazes de mediar a relação entre o mundo visível e aquilo que não se pode alcançar, que está distante no tempo e espaço. Os processos de patrimonialização, nesse sentido, são indícios de tempos de crise; índices da maneira como a sociedade vive suas cesuras.<sup>77</sup>

### **Musealizar para reinventar o perdido**

A conversão do Arraial do Curral Del Rei e de Ouro Preto em patrimônio se efetivou, de fato, na década de 1930, e um e outro caso seguiu, obviamente, rumo distinto. Vestígios do povoado desaparecido – fragmentos construtivos, fechaduras e utensílios das casas, bens integrados da antiga matriz de N. S. da Boa Viagem, e, claro, as imagens do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora e as telas de Émile Rouède – integraram uma coleção denominada Seção de objetos originários do Arraial do Curral Del Rei, do Museu de História de Belo Horizonte. Organizado na década de 1930 pelo historiador e jornalista Abílio Barreto e aberto ao público em 1943, o Museu – denominado em 1967 Museu Histórico Abílio Barreto – foi instalado, emblematicamente, em uma casa de fazenda, remanescente do Arraial destruído, edificação que se transformou em verdadeiro ícone do patrimônio urbano e da memória de Belo Horizonte.

Ao lado da seção do Arraial do Curral Del Rei, Abílio Barreto cuidou de formar duas outras coleções: a relativa a Belo Horizonte, compreendendo objetos históricos e artísticos desde a sua inauguração e a constituída de bens históricos, artísticos, arqueológicos e etnográficos de Minas Gerais/Brasil, especialmente Ouro Preto.

A seção dedicada a Belo Horizonte formou-se a despeito de orientações contrárias do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão do governo federal que colaborou com Abílio Barreto na organização do Museu. Para o diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Museu deveria limitar-se ao recolhimento dos objetos do Arraial do Curral Del Rei, posição provavelmente movida por uma concepção mais restritiva de objeto museológico, na qual o valor de antiguidade era inconcebível em se tratando de uma jovem cidade que nem completara ainda seu cinquentenário<sup>78</sup>. A coleção de Belo Horizonte não apenas foi constituída, como se tornou foco principal do acervo, assegurando nexos da narrativa museológica com a vida urbana da Capital.

Quanto à Seção de Minas Gerais/Brasil, foram poucos os objetos incorporados ao Museu que evocavam a antiga Capital, como pretendido, fato que talvez possa ser atribuído ao processo em curso a partir da década de 1930 de patrimonialização de Ouro Preto.

O reconhecimento do estatuto patrimonial de Ouro Preto foi, sem dúvida, uma obra da República, que logrou destacar seu papel de berço de fatos fundadores da nação brasileira. A frequência com que os discursos mudancistas e antimudancistas, independentemente das filiações políticas, recorriam a esse argumento é uma prova da existência de um consenso a respeito da importância do legado histórico representado por Ouro Preto. Ainda que iniciativas, durante o período imperial, especialmente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, buscassem resignificar o movimento da Inconfidência Mineira, o advento da República foi decisivo no processo de transformação dos acontecimentos de 1789 e de seus atores em marcos fundadores da nacionalidade. Em particular, a apropriação republicana de Tiradentes logrou apresentá-lo como mártir da nação, herói precursor da República, de personalidade e comportamento que correspondiam às aspirações coletivas, o que permitiu popularizá-lo, intensificando-se o seu culto cívico.<sup>79</sup>

É certo que, no limiar da República, tanto a memória da Inconfidência Mineira, associada ao cenário de Ouro Preto, quanto Belo Horizonte compuseram a simbologia do novo regime, como defende Ciro F. Bandeira de Melo, lembrando que “[...] fundar cidade e preservar origens são atos inaugurais de uma nação”.<sup>80</sup> (1996, p.34) Mas não se pode esquecer que coube a Ouro Preto, nesse momento, figurar apenas como um “sacrário dos gloriosos despojos históricos de Minas”<sup>81</sup>, um cenário quase sempre depreciado, de uma história na qual importava os fatos e os personagens.

Na qualidade de um artefato que resistira ao tempo, a sorte de Ouro Preto não foi muito diferente das demais cidades criadas sob o signo do absolutismo português e de uma sociedade escravista e patriarcal. Interessava, no contexto republicano de aposta na força do progresso, proceder ao apagamento dos quadros urbanos coloniais<sup>82</sup>, reformulando ou abandonando as

estruturas materiais correlatas à vida urbana pretérita. Convém lembrar que uma das estratégias adotadas por antimudancistas para obstaculizar a transferência da Capital foi aprovar, na Câmara de Ouro Preto, um plano de melhoramento urbano, cuja intenção era justamente adaptar a cidade aos princípios urbanísticos dos novos tempos<sup>83</sup>. Como se vê, nem entre os fervorosos defensores da Capital guardião do mais caro patrimônio histórico de Minas havia apreço pela sua herança urbana colonial.

Se no intervalo de tempo que separa a decisão pela mudança da Capital e o reconhecimento, nos anos de 1920 e 1930, do valor artístico e arquitetônico de Ouro Preto, algumas vezes se levantaram em defesa de seu patrimônio urbano, é preciso considerar que se tratava de uma bandeira restrita, empunhada por poucos intelectuais, a exemplo de Gustavo Barroso, Afonso Arinos e Mário de Andrade. No mais, prevalecia a visão de que como artefato urbano, Ouro Preto era apenas a base física, o palco de fatos que a história pátria deveria lembrar.

Duas celebrações importantes ocorridas em período próximo à transferência da Capital – a inauguração do monumento a Tiradentes, em 1892, erguido na praça principal de Ouro Preto, e o bicentenário de Ouro Preto, em 1911 – corroboram a ideia de que o interesse por Ouro Preto, naquele momento, circunscrevia-se à política simbólica de afirmação dos laços da República com a história de luta pela liberdade do Movimento da Inconfidência. Ambos os rituais foram encenados em momentos críticos para a cidade. Em 1892, pairava a ameaça de perda do *status* de Capital, e em 1911, consumada a transferência, Ouro Preto encontrava-se às voltas com um verdadeiro esvaziamento populacional e econômico.<sup>84</sup> Ainda que proclamada como lugar quase sagrado da memória nacional, a cidade mergulharia em um ostracismo relativo nos anos seguintes.

O reconhecimento do valor de Ouro Preto como *patrimônio urbano* só viria ocorrer mais tarde. Fato que deve muito à geração de modernistas que, nos anos de 1920, se empenhou em reinterpretar o passado e reelaborar as bases da nacionalidade, voltando os olhos para o interior do país, em busca da cultura brasileira genuína. Especificamente a viagem de modernistas paulistas<sup>85</sup> a Minas, em 1924, acompanhando o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, foi decisiva na redescoberta do passado colonial. Não do passado dos feitos heroicos da Conjuração Mineira, mas aquele que estava impregnado nas ruas, nos casarios, nas igrejas das cidades coloniais mineiras, que Tarsila do Amaral procurou documentar durante a viagem por meio de desenhos e esboços. Noticiando o *tour* modernista, a imprensa destacava que Ouro Preto e Aleijadinho teriam sido considerados o ponto alto da viagem. Nas palavras de Oswald de Andrade, o artista não ficava nada a dever aos monumentalistas do Vaticano; e “[...] a arquitetura das cidades históricas está aí como uma censura viva aos inconscientes que pretendem transplantar para o nosso clima o horror dos *bungalows* e das casas de pastelarias”<sup>86</sup> (DIÁRIO DA MINAS, 1924).

Na década seguinte, no governo de Vargas, as teses e interpretações do passado brasileiro dos modernistas serviram de base para a formulação de políticas públicas, sobretudo para a construção de uma política cultural alicerçada em uma herança histórica e artística, enraizada no período colonial. Antecipando a política de preservação do patrimônio brasileiro, a qual será institucionalizada somente em 1937, Ouro Preto foi erigida por decreto, a monumento nacional em 1933.

Criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, uma de suas primeiras iniciativas foi proceder ao tombamento, em 1938, do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto, assim como de outras cidades coloniais mineiras<sup>87</sup>. Em 1942, Ouro Preto era apresentada com o Museu da Inconfidência, concebido e gerido também pelo Serviço de Patrimônio. À exceção do Mausoléu dos Inconfidentes e poucos objetos associados ao Movimento, seu acervo documentava, curiosamente, a vida do antigo núcleo urbano de antiga Vila Rica, mais tarde Imperial Cidade de Ouro Preto<sup>88</sup>.

Redimida de seu suposto abandono, Ouro Preto se inscrevia como patrimônio, não na qualidade de lugar que inspirava o exercício de reminiscência cívica, do culto da memória de feitos heroicos, mas como um artefato exemplar do engenho humano, o qual guardava vigorosos elos com o presente, funcionando como uma espécie de fiador do projeto político de construção da nação e da modernização no pós 30, porque testemunho incontestado da força criadora da cultura brasileira.

### **À guisa de conclusão**

Deslocamentos de capitais trazem sempre consigo gestos de afirmação simbólica de poderes, mas também trazem fissuras a antigas identidades urbanas.<sup>89</sup> Os abalos provocados pelas rupturas podem levar cidades a sucumbir ao esquecimento, porque despojadas do brilho do poder ou se reinventarem em outras esferas, em outras potências. Não é raro que a memória seja convocada, que gestos de museificação sejam celebrados. Afinal, as cidades são narradas por seus monumentos, seus museus, pelas temporalidades que se cruzam em suas ruas. Com suas identidades estremecidas, antigas Capitais encontram nos processos de recomposição das relações com o seu tempo pretérito estratégias eficazes de sobrevivência/resistência em face da crise, da perda. Foi assim com o Palácio do Catete, transformado em Museu da República, depois de deixado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, rumo a Brasília<sup>90</sup>; foi assim com a cidade de Ouro Preto, convertida em cidade-museu.

Talvez não seja exagero dizer que Ouro Preto e Belo Horizonte tenham protagonizado uma história exemplar dessa experiência. Isso num país que, nas palavras de Laurent Vidal, a mobilidade

das capitais é uma constante em sua história<sup>91</sup>. O certo é que uma e outra encarnaram papéis, encenaram uma espécie de drama do desenvolvimento, no qual a ideia de cidade foi elevada à categoria de pensamento motriz do enredo. No conjunto, todas as representações confrontadas, todas as imagens contrastadas formaram um índice de uma nova sensibilidade urbana, que emergia no país na passagem do século XIX para o XX.

Se cidades são, antes de tudo, artefatos desenhados no imaginário, é preciso reconhecer que a transferência da capital de Minas Gerais constituiu em momento profícuo na produção de elementos que nutriram o imaginário urbano. Um momento fundador de representações paradigmáticas, a partir das quais se buscou inventar ou reinventar as vocações de Ouro Preto e Belo Horizonte.

Muitas dessas representações ainda hoje povoam o imaginário urbano, se estabeleceram com força real, perduraram como referência da identidade urbana, se reatualizaram e estão na raiz da formulação de muitas políticas públicas para ambas as cidades. Outras caíram no esquecimento ou foram superadas pela realidade. De qualquer forma, em seu conjunto, essas matrizes representacionais funcionam como se Ouro Preto e Belo Horizonte estivessem contidas nessas antigas imagens, sendo desafiadas por elas a projetarem seus futuros urbanos.

## Notas

<sup>1</sup> O texto é uma versão modificada do capítulo “Cidades Imagens”, da dissertação de mestrado *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*, apresentada ao Departamento de Ciência Política/UFMG, em 1992.

<sup>2</sup> LIMA, Antonio Augusto de. Mensagem. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. p. 22.

<sup>3</sup> AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. p.144.

<sup>4</sup> LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital*. p. 6-16.

<sup>5</sup> DECRETO n. 7, de 20 de novembro de 1898 (§ 1º do art.20).

<sup>6</sup> Sobre o papel exercido pela cidade no pensamento reformista da geração de 1870, ver CARVALHO, Maria Alice Rezende de. República Brasileira: Viagem ao mesmo lugar. *Dados*, 1989. p. 309-312.

<sup>7</sup> LIMA, Bernardino Augusto de. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 11 maio 1891. p.157.

<sup>8</sup> RESENDE, Severiano Nunes Cardoso de. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 11 maio 1891. p.149.

<sup>9</sup> Ver a respeito no art.13 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, 1891. Disponível em <http://hera.almg.gov.br>. Acessada em 06/07/2010.

<sup>10</sup> Foram estudadas cinco localidades: Várzea do Marçal, Juiz de Fora, Paraúna, Barbacena e Belo Horizonte. Ver RELATÓRIO. Comissão de Estudos das Localidades indicadas para a Nova Capital. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

<sup>11</sup> PENA, Afonso Augusto Moreira. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 7 jun. 1891. p.356.

<sup>12</sup> O CONTEMPORANEO. Ouro Preto. 16 abr. 1893. p.1

<sup>13</sup> XAVIER DA VEIGA, Jose Pedro. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 9 maio 1891. p.199 e p. 201

<sup>14</sup> A respeito do paradoxo da concepção de república, fundada numa perspectiva de futuro, ver CARVALHO, Maria Alice. Op. Cit. p.305 e 320

<sup>15</sup> Sob o pseudônimo Alfredo Riancho, Alfredo Camarate assinou uma coluna no jornal Minas Gerais, entre março e dezembro de 1894, intitulada *Entre Montes e Vales*.

<sup>16</sup> REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO, 1985. p.166-167

<sup>17</sup> O CONTEMPORANEO. Ouro Preto. 25 jun. 1893. p.2.

- <sup>18</sup> MONTE-RASO, Jose Fecundo. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.95.
- <sup>19</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985. p.47-48
- <sup>20</sup> REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985. p.47-48
- <sup>21</sup> REVISTA GERAL DOS TRABALHOS. Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts e C., abr. 1895. p.12.
- <sup>22</sup> MONTE-RASO, Jose Fecundo. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.95.
- <sup>23</sup> Mais que o imaginário, as elites estavam atentas às questões que ocupavam o pensamento de engenheiros, médicos-sanitaristas e arquitetos da época. Não por acaso Aarão Reis foi escolhido para chefiar a Comissão de Estudos das Localidades Indicadas para a Nova Capital e posteriormente a Comissão Construtora da Nova Capital. Engenheiro formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Reis era um intelectual de seu tempo, como mostra Heliana Angotti, cujo pensamento e prática inseriam-se perfeitamente no projeto republicano de construção do Brasil moderno. Ver: SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. 1997.
- <sup>24</sup> O CONTEMPORANEO. Ouro Preto. 25 jun. 1893. p.2.
- <sup>25</sup> ANDRADE, Gomes Freire de. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 6 jun. 1891. p.347.
- <sup>26</sup> Ver a respeito: WIRTH, John. *Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937: o fiel da balança*. 1982 e SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 1977. A questão da centralidade era também tema incorporado por urbanistas do período. Segundo Angotti Salgueiro: “Podemos perceber no relatório para a escolha da capital, duas ideias motoras vindas de textos dos engenheiros franceses: as de *rede* e de *centralidade*, que por sua vez, articulam *cidade* e *território*. Com efeito Ouro Preto não corresponde à reflexão sansimonista, fundamentada sobre a metáfora da “gravitação” que domina os discursos da Assembleia Provincial nas propostas de mudanças da capital ao longo do século XIX. Como a maioria das aglomerações da época da mineração, os arraiais que deram origem a Ouro Preto situavam-se, por medida de segurança, em fim de caminho, e não no cruzamento, não podendo, por consequência, reponder às exigências de irradiação e de acesso fácil que o século seguinte preconizava. SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti (org). *Cidades capitais do século XIX*, 2001. P.147.
- <sup>27</sup> O deputado Simão da Cunha Pereira dizia que Minas jamais teria um centro político e comercial único em razão do modelo nefasto de desenvolvimento econômico herdado da Monarquia. Ver PEREIRA, Simão da Cunha. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.89.
- <sup>28</sup> MONTE-RASO, Jose Fecundo. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.96.
- <sup>29</sup> Idem, p.95.
- <sup>30</sup> Ver a respeito RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao lar*. 1985; SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis*. 1992; JULIÃO, Letícia. A Cidade Cenário. In: Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). 1992. P. 60-117.
- <sup>31</sup> ANDRADE, Gomes Freire de. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 6 jun 1891. p.348.
- <sup>32</sup> MONTE-RASO, Jose Fecundo Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.95.
- <sup>33</sup> CAMARATE em: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985. p.166-167
- <sup>34</sup> GAMA CERQUEIRA, Eduardo Ernesto da. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 9 maio 1891. p.172-173.
- <sup>35</sup> CALDEIRA, Aristides Godofredo. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.98.
- <sup>36</sup> CAMARATE em: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985. p.132.
- <sup>37</sup> A respeito da arquitetura do século XIX e a voga de citação de estilos passados: BENJAMIN, W. Paris, Capital do Século XIX. In: *Walter Benjamin*. 1985. p. 30-43. Ver também BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX*. 1987. p.42-44.
- <sup>38</sup> BRANDAO, Francisco Silviano de Almeida Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.94.
- <sup>39</sup> LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*, 1988. P.48-47.
- <sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas*, 1990. p. 9-15
- <sup>41</sup> Idem, p.141-142.
- <sup>42</sup> REVISTA MINEIRA. 22 nov.1903. p.28.
- <sup>43</sup> Sobre o sentimento típico da modernidade de se partilhar dois mundos distintos simultaneamente, ver o ensaio clássico de BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 1986.
- <sup>44</sup> FÓSCOLO, Avelino. *A Capital*. 1979.

<sup>45</sup> FÓSCOLO, Avelino. *Op. Cit.* p. 85.

<sup>46</sup> Idem. p. 86.

<sup>47</sup> Idem, p. 206

<sup>48</sup> MALARD, Letícia. *Hoje tem espetáculo*. 1987. p. 189.

<sup>49</sup> FÓSCOLO, Avelino. *Op. Cit.* P. 271-272.

<sup>50</sup> COSTA SENA, Joaquim Cândido da. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.101.

<sup>51</sup> LOBATO, Monteiro. Belo Horizonte – Uma cidade certa. *Revista Social Trabalhista*. 12 dez.1947.p. 220. Segundo informações da Revista Social Trabalhista, a crônica havia sido publicada no *Correio Paulistano*, há dez anos; não há, no entanto, referência precisa da data. Quanto à data da visita do escritor a Belo Horizonte, Monteiro Lobato menciona apenas que ocorreria “ao tempo em que Artur Bernardes se elegia presidente da República”, provavelmente em 1921 ou 1922. Na ocasião, relata Lobato, em resposta à pergunta de Bernardes sobre o que achara de Belo Horizonte, respondeu-lhe: “ – Uma cidade de 500 mil habitantes, dos quais 450 mil estão veraneando não sei onde – aqui é que não estão”.

<sup>52</sup> COSTA SENA, Joaquim Cândido da. Pronunciamento. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*. 4 maio 1891. p.101.

<sup>53</sup> VIDA DE MINAS. Belo Horizonte. 10 nov.1915. s/p.

<sup>54</sup> Ver essas impressões na imprensa: DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 10 fev.1916. p. 3; DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 15 fev.1916. p. 3; DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 28 maio 1916. p. 2; ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 3 dez 1911. p. 1

<sup>55</sup> DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 20 fev.1916. p. 3

<sup>56</sup> VITA. Belo Horizonte. 15 dez.1913. s/p

<sup>57</sup> DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 21 jul. 1917. p.2.

<sup>58</sup> Desapropriados com indenizações irrisórias, os antigos moradores do Curral Del Rei foram praticamente expulsos para as cercanias da Capital: Calafate, Cachoeiras, João Carlos, Bento Pires, Cardoso e Venda Nova. Ver a respeito CAMARATE In: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985. p.159-160; BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte; memória histórica e descritiva*. 1936. p.59

<sup>59</sup> VIDA DE MINAS. Belo Horizonte. 15 fev. 1915, s/p.

<sup>60</sup> Sobre o traçado de Belo Horizonte ver SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. p. 153-164; JULIÃO. Letícia. *Op. Cit.* 1992. p. 65-85. Segundo Foucault, a visibilidade constituiu em um dos princípios reitores da construção do espaço na modernidade; a arquitetura deixou de ser feita para ser vista, a exemplo dos palácios, ou para tornar visível os que nela se encontram. Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 1987. p. 154-155.

<sup>61</sup> QUASI..., 20 de novembro de 1910. p.2

<sup>62</sup> VIDA DE MINAS. 15 jul.1916. s/p.

<sup>63</sup> VIDA DE MINAS. Carnaval 1916. s/p.

<sup>64</sup> VASCONCELLOS, Diogo. A FOLHA. 29 jun. 1893. p.1.

<sup>65</sup> LIMA, Antonio Augusto de, Mensagem. *Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais*.. p.22.

<sup>66</sup> MINAS GERAIS. 12 dez. 1897.p.2

<sup>67</sup> REVISTA Geral dos Trabalhos. Comissão Construtora da Nova Capital. 1895. p.9

<sup>68</sup> CAMARATE, Alfredo. In: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1985. p.51

<sup>69</sup> GRAVATÁ, Hélio. *Barroco*, 1977.

<sup>70</sup> ROUËDE, Emílio. *Barroco*, 1977

<sup>71</sup> O BOGARI. Belo Horizonte. 03 jul 1904. p.1

<sup>72</sup> MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. 1999. P. 71.

<sup>73</sup> Sobre a voga na pintura dos panoramas ver BENJAMIN, W. *Op. Cit.* p. 33-35

<sup>74</sup> Devo à Profa. Heliana Angotti Salgueiro a sugestão de analisar o quadro *A Má Notícia* na perspectiva dos propósitos deste artigo.

<sup>75</sup> Sobre o quadro *A Má Notícia*, ver CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. Caderno de Diretrizes Museológicas. p. 87.

<sup>76</sup> JORNAL MINEIRO. 24 out 1897, Ano 1, nº 10, p. 1. apud NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891- 1933*. 2007. p. 70-71.

<sup>77</sup> HARTOG, François. *Museum International*. 2005. p. 7-17.

<sup>78</sup> CÂNDIDO, Maria Inez. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte, 2003. P. 9-16.

<sup>79</sup> LEMOS, Carmem Sílvia; JULIÃO, Letícia; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Oficina do Inconfidência*. 1999. P. 92-108.

<sup>80</sup> MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *BH: horizontes históricos*. 1996. p. 34

<sup>81</sup> JORNAL MINEIRO. *Op. Cit.*

<sup>82</sup> A respeito da destruição dos quadros urbanos coloniais no período que se segue à instalação da República, ver REIS FILHO, Nestor Goulart. *Barroco*, 1997-2000. p. 387-403.

---

<sup>83</sup> Ver a respeito SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”*. 1996; MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *Op. Cit.* p. 62 e NATAL, Caion Meneguello. *Op. Cit.* p. 37-65.

<sup>84</sup> A respeito de ambas as comemorações ver FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade*. 1998. p. 41 e 96-99 e NATAL, Caion Meneguello. *Op. Cit.* p. 88-105

<sup>85</sup> O grupo da viagem de 1924 era formado por Mário de Andrade, Oswald de Andrade e seu filho Nonê, Tarsila do Amaral, D. Olívia Penteado, René Thiollier e Godofredo Silva Teles, além de Blaise Cendrars

<sup>86</sup> EMBAIXADA artística. Minas histórica através da visão de um esteta moderno. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 27 abr. 1924; A EXCURSÃO artística. *Diário de Minas*. Belo Horizonte, 30 abr. 1924.

<sup>87</sup> DECRETO n.22.928, de 12 jul 1933 e MINISTÉRIO DA CULTURA/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 1994. p. 76.

<sup>88</sup> A respeito da concepção museológica do Museu da Inconfidência, ver JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade*. 2008. p. 207-216.

<sup>89</sup> Sobre o deslocamento de cidades e de cidades capitais ver: VIDAL, Laurent. *Mazagão*. 2008 e FREITAG, Barbara. *Capitais migrantes e poderes peregrinos*. 2009.

<sup>90</sup> VIDAL, Laurent. *Les Larmes de Rio*. p. 87-89

<sup>91</sup> Idem p. 17

## Referências

### Fontes Primárias:

ANAIS do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1891

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2 ed. Brasília - Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976, v.1.

CONSTITUIÇÃO do Estado de Minas Gerais, 1891. Disponível em <http://hera.almg.gov.br>.

DECRETO n. 7, de 20 de novembro de 1898

DECRETO n.22.928, de 12 jul 1933. DIÁRIO DE MINAS. . Belo Horizonte. 20 fev.1916. p. 3

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital*; apontamentos históricos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 1905.

MINISTÉRIO DA CULTURA/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4ª ed. Rio de Janeiro. 1994.

RELATÓRIO. Comissão de Estudos das Localidades indicadas para a Nova Capital. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

REVISTA DO ARQUIVO PUBLICO MINEIRO Belo Horizonte, jan. 1985. v.36.

REVISTA GERAL DOS TRABALHOS. Comissão Construtora da Nova Capital. Rio de Janeiro, H. Lombaerts e C., abr. 1895.



**Fontes Primárias/ Jornais:**

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 15 fev.1916. p. 3

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 10 fev.1916. p. 3

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 21 jul. 1917. p.2

O BOGARI. Belo Horizonte. 03 jul 1904. p.1

O CONTEMPORANEO. Ouro Preto. 16 abr. 1893. p.1

O CONTEMPORANEO. Ouro Preto. 25 jun. 1893. p.2.

O CONTEMPORANEO. Ouro Preto. 25 jun. 1893. p.2.

QUASI..., 20 de novembro de 1910. p.2

DIÁRIO DE MINAS. Belo Horizonte. 28 maio 1916. p. 2

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte. 3 dez 1911. p. 1

REVISTA MINEIRA, 22 nov.1903. p.28.

VASCONCELLOS, Diogo. A FOLHA. 29 jun. 1893. p.1.

VIDA DE MINAS. 15 jul.1916. s/p.

VIDA DE MINAS. Belo Horizonte, 15 de ago, 1916. s/p.

VIDA DE MINAS. Belo Horizonte. 15 fev. 1915, s/p.

VIDA DE MINAS. Belo Horizonte. 10 nov.1915. s/p.

VIDA DE MINAS. Carnaval 1916. s/p.

VITA. . Belo Horizonte. 15 dez.1913. s/p

**Fontes Secundárias:**

BARRETO, A. *Bello Horizonte; memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Rex. 1936. v. 2.

BENJAMIN, W. *Walter Benjamin: sociologia*. Organização por Flávio R.Kothe. São Paulo: Ática. 1985.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L.

---

BRESCIANI, M. S. M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. *Caderno de Diretrizes Museológicas*. 2ª ed. Brasília: Belo Horizonte: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

CÂNDIDO, M. I. MHAB: 60 anos de história. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE: Secretaria Municipal de Cultura/Museu Histórico Abílio Barreto. *MHAB: 60 anos de história*. Belo Horizonte, 2003, p. 9-40.

CARVALHO, J. M. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CARVALHO, J. M. *Os Bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERRARA, L. D. Cidade: imagem e imaginário. In: SOUZA, C. F.; PESAVENTO, S. J. (Orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997

FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. 1998. Dissertação - (Mestrado em História). UFMG/Departamento de História, Belo Horizonte, 1998.

FÓSCOLO, A. *A Capital*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

FREITAG, B. *Capitais migrantes e poderes peregrinos: o caso do Rio de Janeiro*. Capinas(SP): Papirus, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HARTOG, F. Temps et patrimoine. *Museum International*. n. 227, vol. 57, no 3, 2005. p. 7-17.

JULIÃO, Letícia. Letícia. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. 1992, Dissertação (Mestrado em História) - UFMG/Departamento de História, Belo Horizonte, 1992.

JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG. Belo Horizonte, 2008.

LEMO, C. S.; JULIÃO, L.; ANASTASIA, C. M. J. Dos Bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. *Oficina do Inconfidência: revista de trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, Ano 1, V. 0, dez 1999, p. 17-132.

LESSA, R. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro: IUPERJ, São Paulo: Vértice. 1988.

LOBATO, Monteiro. Belo Horizonte – Uma cidade certa. *Revista Social Trabalhista*. 12 dez.1947, p. 220 – 221.

MALARD, L. *Hoje tem espetáculo: Avelino Fóscolo e seu romance*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1987.

MELLO, C. F. B. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, E. F. (Org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 11-47.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, 1999.

NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp/ Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2007.

RAGO, L. M. *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar; Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS FILHO, N. G. Sobre a memória da vida urbana no Brasil Colonial. *Barroco*. Belo Horizonte, n. 18, 1997-2000 (Território do Barroco no século XXI), p. 387-403

ROUÈDE, Emílio. Correspondance d'Ouro Preto: Le Brésil Républicain. 3 octobre 1894. In: *Barroco*, Belo Horizonte, n. 9, 1977.

SALGUEIRO, H. A. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

SALGUEIRO, H. A. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: SALGUEIRO, H. A. (Org) *Cidades capitais do século XIX: racionalidades, cosmopolitismos e transferências de modelos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 135- 181.

SALGUEIRO, H. A. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, 1996, v. 4., n. 1, p. 125-163.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional.,1977.

VIDAL, L. *Les Larmes de Rio*. Paris: Flamarion, 2009.

VIDAL, L. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico. Do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. Posfácio Jean Duvignaud; tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WIRTH, J. *Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937: o fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Recebido em 20/02/2011

Aprovado em 18/04/2011